

Brasil quer negociar com credores redução de gastos

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — A última parcela de desembolso de recursos prevista no acordo sobre a dívida externa, firmado pelo Brasil em setembro passado, somente deverá ser liberada em junho do próximo ano mas, antes disso o governo pretende iniciar negociações com os bancos credores para tentar diminuir os gastos do país com o pagamento da dívida em 1989. A mudança de estratégia em relação à dívida externa já é consenso na equipe econômica do governo e deverá ser incluída entre os principais pontos do pacto social em negociação com empresários e trabalhadores, com o objetivo principal de reduzir a inflação.

Ainda não está claro se o governo irá pleitear a revisão do acordo em vigor, mas assessores da equipe econômica sustentam que não há condições de cumprir duas de suas principais cláusulas: a que permite aos bancos converter US\$ 1,8 bilhão da dívida externa brasileira em investimentos no país, pelo valor de face dos empréstimos, sem aplicação do desconto atualmente concedido pelo mercado; e o reinício das operações de *relendig*, isto é, os reempréstimos internos de parte dos créditos dos bancos depositados junto ao Banco Central. Além disso, as autoridades econômicas também já não querem pagar integralmente os US\$ 12 bilhões de juros da dívida que vencem no próximo ano, como pressupõe o acordo firmado em setembro passado.

O acordo de setembro previa que os bancos credores reiniciariam as operações internas de reempréstimo da dívida já em 1988, no valor de US\$ 100 milhões ao mês, sendo que para 1989 e 1990 haveria uma quota anual de US\$ 1,5 bilhão. Nesse ano não houve — nem deverá haver — qualquer *relendig* porque o Banco Central não baixou a necessária resolução de regulamentação dessas operações. A questão está sendo rediscutida no governo devido ao efeito desestabilizador na política monetária de tais reempréstimos, que exigiriam maciça emissão de cruzados, pelo Banco Central, para fazer frente às operações.

Dilema — O aperto da política monetária é, justamente, um dos principais componentes do novo plano de ajustamento econômico com que o governo pretende conter a aceleração da inflação. O plano já contempla a nova estratégia da equipe econômica diante da dívida externa, prevendo a redução do saldo da balança comercial, dos US\$ 20 bilhões esperados para esse ano, para US\$ 14,5 bilhões em 1989. A diminuição do impacto monetário das conversões dos dólares das exportações em cruzados é a principal razão dessa pretendida contenção do saldo comercial. Mas, para que isso seja viável, terá de haver uma redução dos dispêndios do país com os pagamentos da dívida. Esse dilema explica a retomada, pelo governo, do discurso sobre a necessidade de redução das transferências de recursos ao exterior. A bandeira foi desfraldada de novo pelo presidente José Sarney, no mês passado, em Punta Del Este, na reunião do Grupo dos 8 (que reúne os principais países democráticos da América Latina), e deverá ser um freqüente tema nos discursos dos ministros da área econômica daqui para a frente.

O total de recursos que o Brasil gastará este ano, com a dívida e outros compromissos com o exterior, deverá atingir US\$ 18,8 bilhões, o que equivale a 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e 25% de toda a poupança interna bruta, segundo estimativas do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas.

Conversão — Um dos principais assessores do ministro Mailson da Nóbrega diz: “Só há duas saídas para diminuir as remessas de recursos ao exterior: através da obtenção de novos empréstimos externos ou da redução dos gastos com juros. Como está claro que os bancos não se dispõem a reiniciar a concessão de novos financiamentos ao país, resta então a diminuição dos juros.”

Uma das alternativas em cogitação para diminuir a sangria de recursos para o exterior é a conversão em investimentos dos juros da dívida externa a vencer em 1989. A idéia é considerada um grande avanço em relação ao atual esquema de conversões, que se aplica apenas ao principal da dívida. Como desde 1983 o Brasil não paga o principal da dívida, que vem sendo rolado automaticamente, as conversões atuais não proporcionam qualquer alívio nos dispêndios externos do país. Esse alívio viria com a conversão de parte dos juros a serem pagos aos bancos, o que provocaria uma efetiva diminuição nas remessas de recursos para fora.

Rediscussão — Essa proposta de mudança no enfoque das conversões vem sendo discutida pelos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, que a princípio se mostraram favoráveis à idéia. De qualquer forma, a reformulação do atual sistema de conversões deverá fazer parte da nova estratégia do governo sobre a dívida externa, inclusive porque se pretende adequar o ritmo das conversões ao planejado aperto na política monetária. A cláusula do acordo firmado em setembro com os bancos credores, que permite a conversão de US\$ 1,5 bilhão da dívida em investimentos, pelo valor de face, também está sendo rediscutida dentro da nova ótica do Ministério da Fazenda sobre a dívida externa.

De acordo com um auxiliar do ministro Mailson da Nóbrega, as propostas em estudo sobre a mudança na política sobre a dívida externa são muitas mas já há uma grande certeza: a de que o governo não se dispõe a pagar integralmente os serviços da dívida externa em 1989, como vem fazendo nesse ano. Essa postura deverá ser exposta em detalhes na reunião que os ministros da Fazenda dos países do Grupo dos 8 da América Latina deverá fazer na primeira quinzena de dezembro, no Rio de Janeiro, para discutir o problema da dívida externa do continente. Conforme entendimento com o presidente José Sarney, o ministro Mailson da Nóbrega aproveitará o encontro para apresentar as novas idéias que o Brasil pretende discutir com os bancos credores para diminuir o peso da dívida na economia do país.